

AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA – UPP E A SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

SANT'ANNA, C.¹

ALONSO, R.P.²

RESUMO

Atualmente a sociedade vem passando por uma transformação diária na Segurança Pública, uma vez que projetos estão sendo implantados, como por exemplo no Estado do Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora, foram instaladas para a retomada do poder pelo Ente Estatal, poder esse que estava nas mãos dos traficantes e dos milicianos, que submetiam a população a extorsões diárias.

PALAVRAS-CHAVE

Estado; Polícia; Segurança Pública, Unidades de Polícia Pacificadora.

¹ Graduada pelas FIO- Faculdades Integradas de Ourinhos –FIO. Advogada. Aluna do Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado nas FIO- Faculdades Integradas de Ourinhos –FIO/PROJURIS.

² Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP; Mestre em Direito pela Universidade de Marília, Professor da graduação e do Mestrado em Direito do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM; Professor da Graduação e Pós-graduação das Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO e Procurador do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Com a crescente violência no Brasil, observa-se que a Segurança Pública torna-se um problema para os nossos Governantes. Há anos que projetos são idealizados e instalados com o objetivo de propagar o bem estar e o convívio social.

A vida nas comunidades era algo complicado, pois os moradores encontravam dificuldades diárias, pois a violência, faz com que até crianças ao saírem de suas casas e irem para a escola, eram submetidas ao perigo de balas perdidas.

E nesse conflito muitas vidas se perdiam, portanto, havia a necessidade de uma pacificação, com isso vários projetos foram desenvolvidos até que se chegasse a instalação da UPP.

Com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP, busca-se a paz no convívio social, há a esperança de dias melhores na favela, ou seja, a retomada do poder das mãos do tráfico para o Estado. Em locais onde a população encontra-se “abandonada” pelo Ente Estatal, ou seja, onde não tem o mínimo necessário compatível com a dignidade humana.

Nesse projeto a Secretaria de Segurança Pública, deposita a esperança da retomada do controle do bem estar social, pois com a pacificação das favelas e o controle nas mãos do Estado, é a legitimidade para a atuação do Poder Público nas comunidades. Ao não se tolerar mais a presença de pessoas armadas circulando nas favelas já é um grande avanço, pois quando os moradores conseguem retornar para as suas casas sem o medo de terem que passar pelos traficantes armados já traz uma nova esperança para estes que sonham em um dia ter a favela totalmente pacificada.

Nesse projeto, há a proibição da violência policial uma vez que, a população tem a necessidade de confiar na polícia. Soma-se a isso que se o projeto der certo, a favela estará livre do tráfico e das milícias, pois os moradores das favelas são submetidos a anos ao poder desses que aplicavam penas cruéis a quem ousassem desobedecê-los, muitas vezes se pagava com a vida, o que servia como exemplo para todos. A questão da segurança é algo muito delicado para se lidar, pois a violência diária é difícil de se combater.

Contudo isso, diante da entrada da UPP nos morros ocorrem conflitos violentos, pois os milicianos e os traficantes não querem entregar o domínio do poder local, pois a favela é um grande mercado que gera altos lucros para quem a domina.

No presente trabalho procura-se fazer um estudo sobre o impacto da instalação das UPPs nas favelas e a visão dos moradores sobre a implantação do projeto, destaca-se o aspecto positivo e negativo do trabalho desenvolvido pela polícia através das UPPs.

2 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA- UPPs.

Com a situação de precariedade em nossa Segurança Pública, há anos esta é uma questão que preocupa nossos governantes, uma vez que o problema está tomando proporções gigantescas, notou-se a necessidade de um projeto mais específico para as áreas que são pouco abrangidas pela eficácia do Ente Estatal. Vários projetos de pacificação já foram criados anteriormente as UPPs, um que ganhou mais destaque foi o GPAE – Grupamento de Policiamento em Áreas Específicas que tinha uma estratégia parecida com as das Unidades de Polícia Pacificadora, como se explica a seguir.

Inspirado nas experiências de Boston de construção de políticas de prevenção da violência a partir do policiamento orientado para a resolução de problemas, o GPAE seria chamado inicialmente de Grupamento de Policiamento em Áreas de Risco (Gpar). O nome foi modificado para “Áreas Especiais” para se evitar a reprodução de estímulos com relação às áreas de favela. O primeiro grupamento desse tipo foi implantado em 22 de setembro de 2000, e abrangia os morros do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, na zona sul do Rio de Janeiro. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p. 23).

Nota-se que há vários anos antes da instalação da primeira UPP em 2008 na favela Santa Marta, já existiam projetos com os mesmos objetivos de pacificação, ou seja, a questão de como se pacificar uma favela preocupa a Secretaria de Segurança Pública no Rio de Janeiro a tempos.

Buscava-se desde então uma solução para pacificar a comunidade e ter bons frutos no aspecto da redução da violência armada, dos tiroteios e do tráfico de drogas, pois estes conflitos geravam um pânico na comunidade, pois todos sabiam que até as crianças ao saírem de suas casas podiam enfrentar esta situação e não retornarem mais.

Muitas vidas se perdiam de crianças, jovens e adultos em um simples trajeto para a escola ou para o trabalho. Sonhava-se com um lugar onde crianças tivessem melhores condições de vida e não fossem predestinadas a entrarem para o tráfico, que pudessem ter a opção de ir para a escola e ter uma boa profissão quando atingissem a fase adulta. Como fundamento para esses objetivos o GPAE – Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais possuía três diretrizes fundamentais:

A não tolerância em relação à presença de armas de fogo circulando no interior das comunidades; a não tolerância em

relação à presença de crianças envolvidas em dinâmicas criminais de qualquer natureza; e a não tolerância em relação à presença de policiais, civis ou militares, no interior das comunidades cometendo ações violentas arbitrárias, abusos de poder, ou atuando de forma conivente com as práticas criminais. (BLANCO apud RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p. 23).

Ao não se tolerar mais a presença de pessoas armadas circulando nas favelas já era um grande avanço, pois quando os moradores conseguem retornar para as suas casas sem o medo de terem que passar pelos traficantes armados já traz uma nova esperança para estes que sonham em um dia ter a favela totalmente pacificada.

A repudia da participação de crianças na criminalidade traz uma ideia de resgate das novas gerações uma vez que preservando as crianças, estas terão um futuro melhor e muitas vezes acabariam não se envolvendo com o tráfico, se lhes fossem oferecidas novas oportunidades, uma vez que o tráfico surge como uma oportunidade de se ganhar dinheiro muito fácil.

Nota-se também que os jovens são o público alvo preferido pelos traficantes, pois dia a dia são efetuadas mortes violentas contra os mesmos e isso é o resultado do envolvimento com o tráfico, pois ao praticar um erro ocorre a execução sumária do agente que acaba muitas vezes pagando com a própria vida.

A proibição de violência policial é outra grande meta desse projeto que se assemelha com a UPP, pois se houver menos violência por parte da polícia, a população começa a confiar mais na instituição, tornando assim seu trabalho mais rentável, e o bom desempenho da atividade policial ganha mais força com o bom relacionamento deles com a comunidade, pois estes estão acostumados com o tratamento de policiais corruptos e ex-policiais que formavam as milícias e os extorquiam e castigavam com penas duras quem ousasse contrariar suas ordens.

A vigência das UPPs, para além das “ vaidades pessoais ” e susceptibilidades governamentais, é mais promissora do que foi a do GPAE, mas ainda é um processo em construção. Uma vantagem comparativa é um relativo amadurecimento da opinião pública, mas a postura de não priorizar o combate teve resistências iniciais por parte da opinião pública, mas a postura da gestão estatal de sustentar essa posição de forma institucional, a partir do posicionamento do próprio secretário da Segurança Pública teve bons resultados, nesses primeiros três anos, do ponto de vista da legitimidade das UPPs. O GPAE chegou a ser apelidado de “ GMÃE ” como manifestação das resistências com relação à adoção de uma postura menos combativa em relação ao tráfico. A postura do policiamento como atividade

meramente repressora e, muitas vezes, truculenta e criminoso não é uma invenção policial. Ela encontra ecos e sustentação nos próprios valores difusos e compartilhados pelo senso comum. Mesmo sem elementos objetivos que corroborem esse tipo de juízo, acreditamos que seja possível afirmar, de um modo um tanto impressionista, que tanto as instituições policiais como as percepções do senso comum passaram por discretos avanços, na última década, na direção de posturas mais modernas e democráticas no campo da segurança pública. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p. 26).

Como um meio de inovação para combater a crise, foram criadas as Unidades de Polícia Pacificadora- UPP para serem instaladas nas Comunidades do Rio de Janeiro, como uma forma de devolver a paz para os moradores destes locais. Foram implantadas para combater o tráfico e as milícias, ou seja, uma tentativa de se restabelecer o Estado Democrático de Direito para a população, em áreas que muitas vezes são deixadas de lado pelas Autoridades Públicas, que empurram o problema com a “barriga”, ou seja, uma expansão dos direitos sociais, nos territórios onde há o conflito de facções pelo domínio do mercado do tráfico de drogas e não é dado a população o mínimo de condições de dignidade humana.

Observadas por seus resultados, as UPPs significam a extensão de serviços regulares de segurança pública a áreas historicamente excluídas deles e a recuperação da capacidade de ação pública nessas áreas, com efeitos positivos imediatos no exercício de direitos civis básicos - ir e vir, associação, manifestação, integridade física e moral, além de segurança - por parte de suas populações. (ZACCHI, 2012, s/p.).

Nota-se que a população cria várias expectativas neste serviço da polícia, pois acreditam que terão seu direito fundamental à Segurança Pública resgatado, em um lugar onde convivem com traficantes ou milicianos que cobram taxas sobre tudo que é feito na Comunidade. Moradores são obrigados a comprarem produtos e serviços fornecidos por eles, ou seja, movimentam o comércio local, fazendo da favela uma fonte de renda inesgotável para estes grupos que circulam pela localidade fortemente armados com ameaças diárias às pessoas e tirando delas um pouco da dignidade que lhe restam uma vez que são submetidos a estas extorsões e muitas vezes pagam com a própria vida.

Procurando substituir o padrão de intervenções policiais pontuais em favelas, as UPPs logo foram alçadas à condição de “mo-

delo” diferenciado de policiamento. As três primeiras UPPs colocavam em marcha um conjunto de práticas de policiamento que se distinguíam das situações tradicionais de ocupações em favelas. Dois aspectos diferenciavam a UPPs das modalidades de policiamento comumente praticadas em favelas do Rio de Janeiro: (i) a proposta de ocupação permanente, sem previsão de término; e (ii) o enfoque na retirada das armas no lugar da erradicação do tráfico de drogas. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p.8).

É uma intervenção diferenciada, planejada, estudada pela Secretaria de Segurança Pública, amparada por policiais treinados para se tomar o controle novamente que se encontra nas mãos de traficantes e da milícia. O objetivo é a busca da paz social e o extermínio da falha do Estado sobre a Segurança Pública, pois ao deixar estas comunidades de lado o poder paralelo foi tomando conta e suprindo a ausência do Ente Estatal, submetendo a população ao seu controle.

Várias metas são adotadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, para se obter o controle da segurança para a população objetivando-se sempre o seu bem estar e a expulsão dos traficantes e das milícias. Nota-se aí um conflito violento uma vez que estes grupos resistem para sair da comunidade, pois não querem deixar de ter o controle sobre uma fonte inesgotável de renda e poder. Para Jose Marcelo Zacchi, a instalação das UPPs estabelece algumas mudanças na cidade tais como:

A primeira delas encontra-se na adoção da premissa de que a tarefa primordial da polícia nas favelas e áreas pobres não é proteger a cidade da suposta ameaça representada por elas, mas sim prover a segurança para seus cidadãos e cidadãs; a segunda, na definição da proteção da vida, da integridade física e das liberdades básicas como prioridades para este provimento, no lugar do combate bélico ao tráfico de drogas ilícitas acima de tudo e a qualquer preço; e a terceira, no reconhecimento de que esta missão se cumpre melhor com presença regular e eficiência preventiva, articuladas com a sociedade e outros serviços públicos, e não com incursões militares voluntaristas. (2012, s/p.).

Com a violência das favelas a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro visando acabar com a crescente onda, buscou nas UPPs a ajuda para solucionar estes conflitos. Mas com a população já desacreditada no combate à violência por parte do Estado, fica o projeto desacreditado e todos aguardando para ver os resultados dessa polícia que se instala no morro e começa uma verdadeira batalha para a retomada do poder pelo Poder Público.

A população espera que todos os projetos produzam resultados positivos, pois a sensação de insegurança é constante e os conflitos diários dos traficantes e das milícias faz com que a vida nas favelas se torne um “caos” no cotidiano dos moradores.

O fato é que cada vez que esses experimentos são interrompidos parecem acrescentar mais força ao argumento de que a única forma de se enfrentar o problema da territorialização do tráfico nas comunidades populares é através da metáfora da Guerra, elegendo o tráfico o inimigo a ser destruído. Nesta versão conservadora do problema, as favelas se transformam em palcos de enfrentamentos extremamente belicosos com alto custo humano. Mas como essa resposta tampouco produz resultados palpáveis na redução da criminalidade violenta, mas ao contrário, tende a incrementá-la, e, além disso, tem sempre elevado custo político para os governos, animando movimentos críticos, especialmente de entidades de direitos humanos nacionais e internacionais, chega-se a uma situação de impasse. Seu resultado é, de um lado, a formação de um sentimento profundo descrédito por parte da população, em especial a moradora das favelas, quanto à capacidade das autoridades para oferecer uma alternativa consistente ao problema da criminalidade violenta, de outro, certa tendência à resignação quanto à instabilidade de se conviver com os mandões locais armados. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 54).

Diante da fragilidade da confiança na polícia pela população, que fica desamparada pelo Ente Estatal é que surgem as milícias, que buscam fornecer serviços que o Estado nunca prestará dentro das favelas, fazendo com isso, que o poder destes grupos cresça diariamente e se torne cada vez mais difícil de combatê-los.

O morador de uma favela além de sobreviver em condições de vida precária, ainda tem que enfrentar os grandes desafios que surgem na “guerra” diária dentro dos morros. Eles ficam em meio ao fogo cruzado entre a polícia e os traficantes, casos assim, presenciamos o final do ano de 2010 quando a polícia invadiu uma grande favela do Rio de Janeiro para a instalação de uma UPP, a operação envolveu centenas de policiais para a tomada do morro.

A resistência oferecida pelos traficantes fez com que ocorressem vários casos de incêndios de ônibus e automóveis pela cidade, gerando um verdadeiro caos na população, causando assim uma sensação de medo constante nos moradores não só das favelas, mas também como em toda a população do município.

É nesse quadro de profunda degradação da confiança na autoridade pública e na polícia em particular, que se forma um tipo novo de mandão local, conhecido como milícia, em geral composta por policiais, ex-policiais e militares do corpo de bombeiros. Em sua fase inicial, a milícia se vale da justificativa de que mantinha o território sob o seu domínio imune a jugo das gangues de traficantes; posteriormente abandona sua pretensão de legitimidade em favor de uma ação mais ostensiva e truculenta, que mantém suas populações sob permanente ameaça e sentimento de medo. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 54).

As UPPs são uma tentativa de se impor a polícia na favela, uma polícia que traga segurança aos moradores e não corrupta como as que formam as milícias. Vários são os objetivos da UPP, ela busca acabar com a exposição de traficantes fortemente armados na favela, pois a população fica exposta em seu cotidiano a este cenário de guerra civil.

Espera-se que além de combater este cenário a UPP consiga fazer alguns projetos sociais na favela, busca-se a inclusão social da população local em projetos que possam melhorar a qualidade de vida desses, onde se afasta a criminalidade para abertura de uma polícia que tenha contato direto com a população, proporcionando paz e segurança. Há também um grande apoio da mídia através dos jornais que mostram o lado bom do projeto gerando assim uma enorme expectativa sobre o mesmo, os empresários também começaram a investir nas UPPs.

A Constituição Federal estabelece vários direitos fundamentais aos cidadãos brasileiros, mas no dia-a-dia na favela vários são desrespeitados, porque diante de uma realidade de disputa do tráfico de drogas, traficantes ameaçam a população, impondo regras de convivência que forcem os moradores dos territórios dominados por eles a se sujeitarem a esta rotina de medo e violência. Isso tudo é acompanhado pela crescente violência urbana que torna perigosa a convivência em meio a esse conflito, ao ocupar uma favela a UPP estará exposta a todos os costumes da população local, terá que adaptar-se para poder atingir o controle.

Toda política ou programa que tenha como alvo a favela é, de algum modo, obrigada a levar em conta que, diferentemente dos territórios ordinários da cidade, regulados por regras potencialmente universais, cada favela tem a sua especificidade, definida por uma história que, apesar de conter muitos elementos em comum com as demais, foi construída em um contexto caracterizado pela informalidade, sob arranjos ecológicos próprios, que animam a construção de representações sobre o lugar que, não por acaso, costu-

mam hipervalorizar a sua especificidade. Mas, para além do que há de específico em cada favela, é importante considerar que a representação sobre ela está sobrecarregada por um conjunto de imagens, para os moradores, tanto podem servir para reivindicar sua homogeneidade em face das demais áreas da cidade, como para postular sua singularidade, mesmo em face de uma outra área da própria favela. Trata-se em suma, de representações sobre o território que assumem geometrias variadas. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 59).

Antes de uma ocupação, há de se fazer um estudo sobre a favela que será ocupada, pois existe a necessidade de se saber as condições de vida dos seus moradores e qual o impacto que a ocupação causará. O estudo tem que ser desde a localização até o comportamento das pessoas envolvidas, tais como habitantes e grupos armados que os exploram para que se possa ter uma base para a instalação da UPP de como será o comportamento dos indivíduos que irão recepcioná-la.

Considerando que a política da UPP foi originalmente concebida sob a ideia de unidade, muito mais do que da diversidade das favelas, ganha importância destacar a singularidade ecológica de cada caso, fruto de trajetórias específicas de conquista de territórios de moradia e de estratégias locais de acesso à cidade, bem como de situações próprias de relação com o tráfico e a polícia. Afinal, sem levar em conta essa visão internada favela, seria difícil compreender a percepção que os moradores têm construído acerca da UPP, marcada, como veremos, por padrões distintos de resistência e de desconfiança em face do Estado, da política e da polícia. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 60).

Após a ocupação os moradores começam a sentir a diferença, pois diminuem os conflitos armados e os tiroteios, surge um novo ambiente em que se pode pensar em uma “paz comunitária”, moradoras sentem-se mais seguras para levar os filhos para escola, sendo que anteriormente podiam ser surpreendidas com um tiroteio no meio do caminho, há este lado “protetor” oferecido pela UPP, mas há também o lado das restrições que são impostas na comunidade, proibindo por exemplo bailes e outras formas de lazer.

Isso faz com que os moradores sintam falta de alguns lazeres locais que atualmente estão sendo restringidos, para que se possa marcar um baile, um jogo de futebol, várias outras formas de reunião tudo tem que ser autorizado pela UPP. Lazer este que antes era proporcionado pelos traficantes cria-se aí um ponto nega-

tivo para a polícia que para proteger restringe também o lazer da população, como uma forma de se evitar novos tumultos e depois ter que usar da força física para contê-los.

O fato de a instalação da UPP ter sido acompanhada da interrupção da principal atividade de lazer dos jovens da favela contribui para fragilizar seu apoio interno junto à população, muito especialmente entre os jovens. Por ser encarada como arbitrária por parte de muitos jovens, a proibição do baile funk acaba se apresentando para eles como um elemento de continuidade de uma prática policial que não se notabiliza pelo respeito a seus direitos. Considerando sua importância simbólica, e a relevância do segmento juvenil para uma política de segurança pública, tal questão não pode de modo algum ser subestimada. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 68/69).

Diante disso cria-se uma distância entre a população e a UPP, pois muitos acreditam que esta proibição é um autoritarismo exacerbado, mas no final acabam aceitando, pois acreditam que haverá uma melhora significativa com a adequação dos costumes locais frente à polícia e a segurança que ela poderá proporcionar ao combater a criminalidade que diariamente cresce as pessoas começam a exercer direitos que antes era impossível, ou seja, o direito de locomoção, o de receber visitas e outros mais.

A presença da polícia serviu para intimidar os grupos que queriam mandar na favela, havia muito desrespeito com os moradores que muitas vezes ao irem reclamar de algo, eram colocadas armas nas suas “caras” para que a discussão acabasse ali, ou seja, não podiam reclamar de nada, pois os traficantes sempre diziam que quem mandava ali eram eles e sempre fazendo uso de armas para tal intimidação.

Mas por outro lado há também uma grande desconfiança dos moradores por parte da polícia, acreditam que a mesma não diferencia os honestos dos que tem vida “torta” fazendo abordagens violentas em todo mundo. Todos estão sujeitos a serem constrangidos em uma abordagem policial sem qualquer razão, para tal constrangimento.

Quando se pensa a respeito do efeito UPP na rotina dos moradores é importante considerar que o principal bem que está em jogo é a liberdade, e esta, para existir em um contexto de igualdade e de democracia, pressupõe que o direito seja o único referente aceitável para definir o sistema de regras e de sanções vigentes no local. Por isso, considerando o alto grau de exposição das populações das favelas ao que se tem caracterizado como “sociabilidade violenta”, isto é, uma sociabilidade regulada pela “lei do mais forte”, ganha

especial relevância conhecer melhor como os moradores das favelas vêm percebendo a atuação da polícia seja enquanto agente sancionador de regras que permitam que as expectativas se estabilizem em torno de parâmetros universalistas, que são, afinal, fundamentais para assegurar um padrão de sociabilidade propiciador da liberdade individual. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 73).

Relatos de moradores de favelas com as Unidades de Polícias Pacificadoras demonstram que nestas unidades há vários tipos de policiais, ou seja, tem aqueles mais novos como são definidos pelos moradores, que respeitam mais a população local, auxiliando nos problemas diários, muitas vezes até socorrendo e levando para o hospital quem está passando mal, fazendo abordagens civilizadas não exorbitando de seus poderes para intimidar as pessoas.

Já por outro lado os policiais mais antigos já os tratam de maneira agressiva fazendo abordagens violentas, sempre dizendo que quem manda na favela são eles e que todos têm que obedecer as suas ordens, ou seja, espalham o medo e a violência pela Comunidade. Pois deixam bem claro que se alguém desobedecer irá para pagar muito caro por tal medida, muitas vezes passam pelos moradores como se estivessem passando em frente de um poste, os tratam como objetos que devem ficar no lugar onde escolherem.

Nota-se aí que há ainda um “choque” nos costumes, ou seja, para se fazer qualquer coisa dentro da favela a população terá que consultar a UPP, desde uma festa de aniversário, bailes, o uso da quadra ou até mesmo receber visitas tudo isso deverá ser liberado pela polícia para se evitar constrangimentos desnecessários durante o evento, porque poderão sofrer uma abordagem agressiva sendo obrigados a acabar com a festa na mesma hora em que os policiais mandarem.

Apesar disso, muitos relatam que mesmo com este rigor ainda está melhor do que na época que o controle do poder era exercido pelos traficantes, pois não havia uma margem de negociação, ou seja, neste aspecto apesar das reprimendas ainda é melhor negociar com a polícia do que com os traficantes. Ao buscarem o atendimento policial para autorização de um evento nunca ficam sem resposta coisa que não acontecia em outra época, muitas vezes buscavam autorização no chefe do tráfico e não recebiam resposta. Encontra-se aí uma situação delicada entre a polícia que tem o dever de proteger e de não ofender os direitos básicos dos moradores.

Por outro lado também, busca-se na polícia um agente mediador de conflitos, porque muitas brigas são resolvidas simplesmente coma chegada dela no local, ou seja, impõem-se um respeito a autoridade local. Muitas brigas que acabavam até

em morte agora são resolvidas quando se chama a polícia, percebe-se uma sensação de segurança para os moradores neste aspecto, que acreditam com a presença da polícia ali, fica mais fácil resolver estes conflitos.

Apesar dessa percepção quanto a eventuais abusos da polícia no desempenho de papéis substitutivos, a pesquisa encontrou evidências de que um dos efeitos da UPP é o de colocar em curso uma redefinição da imagem que se faz da polícia. Esse aspecto é particularmente importante, pois, como se sabe, um dos legados da longa convivência com o tráfico foi o aprofundamento da desconfiança do morador da favela em face da polícia. Não apenas porque a ostensividade do tráfico nos territórios populares sempre serviu de justificativa para a polícia, em nome da metáfora da guerra em face do inimigo sociedade, adentrar as favelas sem se preocupar com a integridade física da população, o que, evidentemente foi tornando cada vez mais hostil sua relação com os moradores; mas também porque – e isso a pesquisa permitiu perceber com nitidez – a presença ostensiva do tráfico na favela funcionou como um poderoso fator para, de um lado, aumentar a desconfiança da polícia em face de uma suposta cumplicidade dos moradores da favela com o tráfico, e de outro, para inibir iniciativas de aproximação entre a população e a polícia, constringendo possibilidades de diálogo. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 79).

Nesse ponto verifica-se algo que necessita ser bem trabalhado pelos idealizadores do projeto UPP, sendo que a grande desconfiança da população na polícia e vice-versa é algo que precisa ser derrubado através de um bom trabalho. Esse sentimento é algo que surgiu com o passar de muitos anos de conflitos diários de traficantes e policiais, e o convívio dos moradores em meio a este caos, fez com que surgisse esta insegurança por parte dos policiais, pois não se sabe quando a população está ajudando o tráfico e os moradores também não sabem quando os agentes do Estado estão lá para protegê-los ou ajudando os chefes do poder local. Alguns moradores ainda tem medo de se relacionar com a polícia devido a este histórico de disputa pelo domínio da favela e com isso, cria-se uma barreira para o bom andamento do projeto.

Um dos pontos mais importantes para o eventual fortalecimento do diálogo entre a polícia e a população parece ser o de melhor entendimento quanto ao sentido do policiamento ostensivo. De fato, em algumas entrevistas já aparecem manifestações que indicam a dificuldade de se compreender o sentido de um policiamento

ostensivo feito por policiais armados com fuzil, em uma escala que em algumas favelas chega a ser de um policial para 30 moradores. A já mencionada expressão “polícia passeadora” utilizada por uma moradora da favela de Copacabana, é aguda no sentido de crítica ao que estaria sendo percebido como uma certa ociosidade da polícia, servindo de argumento para que os moradores identifiquem a necessidade de que ela desempenhe outros papéis, mais afeitos aos chamados serviços civis. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 80).

Busca-se um contato maior dos moradores com a polícia, prestação de serviços comunitários, ou seja, algo que ainda dificilmente encontra-se na favela esta proximidade entre civis e militares, mas ainda há muito medo desta relação, pois todos ainda temem a polícia, uma vez que não sabem ainda se ela está lá para proteger ou para corromper e usar artefatos e toda aparelhagem do Estado para intimidar os moradores, além do que eles têm que submeter ao poder do tráfico.

A questão central é se os moradores das favelas poderão ou não confiar na polícia e, mais que isso, se poderão ou não confiar nas autoridades públicas que estão por trás da ação policial. Pois é evidente que seu ceticismo não se alimenta de nenhuma confusão entre o tráfico e a polícia, mas da memória de uma polícia que, segundo seus relatos, agride e mata, indistintamente, traficantes e moradores da favela. Ou seja, de uma polícia que não age como polícia. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 82).

A grande questão é que necessariamente tem que se estabelecer uma relação de confiança entre a polícia e os moradores da comunidade, uma vez que os mesmos tem um posicionamento que são excluídos da sociedade, lhes faltam muitos serviços sociais que são oferecidos aos moradores da cidade, tais como escolas, hospitais, postos de saúde etc. Tudo fica distante do cotidiano destes, ou seja, eles precisam de serviços sociais que restabeleçam sua dignidade como pessoa.

Por outro lado, há a desconfiança de que a UPP está nas favelas para proteger os “moradores do asfalto” e não o pessoal da favela, pois ao diminuir a violência nestes locais à vida dos outros melhora, até os imóveis que ficam nas proximidades tem uma valorização devido à pacificação, ou seja, a vida fica mais tranquila para toda a vizinhança que ganha uma confiança no trabalho da polícia, fazendo com que isso reflita no cotidiano das pessoas que moram aos redores das comunidades ocupadas pela UPP.

Há muitos relatos de que para se conseguir um emprego nunca pode se falar que é morador de favela, pois todo mundo acha que morador de favela é traficante, obstáculos são criados que surge uma segregação em relação a eles, tudo fica mais difícil, pois o domínio do tráfico ainda é grande. Moradores da cidade dificilmente sobem o morro com medo da violência, uma vez que tiroteios são escutados no meio do dia tornando assim um ambiente complicado para que outras pessoas possam adentrar.

Nesse sentido, um dos efeitos mais esperados da UPP é o de que, uma vez expulsando os traficantes armados das favelas – este personagem que encarna a representação sobre violência urbana – elas gradualmente poderiam estabelecer novas relações com o seu entorno, superando a situação atual de segregação. Não é este o momento de especular sobre o assunto, que é complexo, mas convém considerar que a segregação urbana das favelas é anterior ao ciclo de ostensividade do tráfico nas favelas, por isso sua expulsão das favelas certamente não teria por que produzir automaticamente a dessegregação, ou uma plena integração das favelas ao bairro. Mas também é verdade que, dada a importância do tráfico para a produção de uma forma específica de segregação, fortemente centrada na acusação da favela e de seus moradores como portadores de uma “cultura de violência”, pode-se esperar que a “pacificação” da favela no mínimo produza mudanças importantes na sua imagem externa e, portanto, no conteúdo da segregação atualmente vigente. (AMOROSO, BURGOS, BRUM, CAVALCANTI, PEREIRA, 2011, p. 83).

Cria-se uma esperança de dias melhores para as futuras gerações talvez, com mais direitos sociais, que as crianças possam ter chance de conseguir um emprego ao atingirem a idade adulta. Os moradores esperam que a UPP não seja algo temporário em virtude dos eventos esportivos que serão presididos na cidade, temese o abandono dessas áreas pelo Estado.

A insegurança que atinge a população em geral e não só os moradores da favela, bem como os moradores da cidade que convivem com várias formas de violência. Isso tornou-se um enorme problema para a Segurança Pública.

3 Será a UPP a polícia da pacificação?

O projeto inicial é de que esta polícia formada por policiais recém-formados relacionem-se melhor com os moradores do que os policiais que antes trabalhavam neste local. Sendo assim se o projeto render bons frutos teremos agentes

estatais mais próximos da população, podendo com esse contato direto desenvolver melhor os trabalhos na comunidade.

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPP levam a paz às comunidades. As UPPs representam uma importante “arma” do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Secretária de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades. Criadas pela atual gestão da Secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p.12).

Mudanças são notadas após a implantação das UPPs, o fogo cruzado diminuiu há uma tranquilidade aparente pelo menos, a sensação é a de que a favela está mais tranquila, ao menos os moradores andam pelas ruas sem medo de serem atingidos por uma bala perdida.

As UPP terão que enfrentar uma verdadeira “guerra” frente ao tráfico que possui uma estrutura bem planejada, sendo que os traficantes não abrirão mão facilmente do controle do morro, aí está o grande dilema de que a UPP trará a paz, sendo que na ocupação já terá um enorme conflito.

São utilizados termos como “paz” e a própria ideia de “pacificação” como meta fundamental. Esses termos são muito imprecisos para a definição de um conjunto de ações que pretendem compor um novo “modelo” não só de policiamento, mas de segurança pública. Sabemos que a paz se opõe à guerra, ou seja, as UPPs procuram ser alternativas ao modo tradicional de atuação policial em favelas pautado pelo confronto armado. Isso diz mais a respeito do que elas não são do que são ou pretender ser. As palavras “paz” e “pacificação” possuem campos semânticos muito extensos e suscitam confusões compreensivas acerca do que seriam as UPPs. Isso fica mais nítido quando vemos as peças publicitárias do governo estadual, nas quais os termos “paz” e “pacificação” são associados a palavras como “liberdade” e “felicidade”, e com inauguração de um novo tempo para as favelas. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p.13).

Nessa polícia comunitária foi feito um grande estudo para a integração dela com a comunidade, é um projeto idealizado na ideia central de pacificação, ou seja, para a Secretaria de Segurança Pública uma favela pacificada é um grande avanço no campo das políticas sociais, uma vez que isso terá uma grande repercussão até em âmbito internacional, bem como no âmbito nacional uma favela com condições sociais melhores para seus moradores é um grande passo para evolução no que se diz respeito à Segurança a Pública no País.

4 O dia a dia com a UPP

A instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora causa várias mudanças, nota-se a redução dos tiroteios no meio do dia, a presença da polícia em tempo integral traz uma sensação de segurança encorajando assim os moradores a sair com tranquilidade nas ruas, porque a estratégia de ocupação das UPPs é diferenciada da polícia comum, uma vez que são realizadas pesquisas antes da incursão causando assim menos prejuízos.

A sensação de proteção e de que a polícia veio para ficar proporciona para a comunidade um bem estar, pois os moradores ao se sentirem protegidos começam a desenvolver atividades para melhorarem o seu cotidiano.

As práticas policiais regidas pela lógica da guerra ao tráfico, do confronto, obedecem ao seguinte roteiro: a polícia faz uma incursão na favela, contando com o fator surpresa, pautada ou não por denúncias ou investigações preliminares, encontra a resistência dos traficantes, troca tiros, efetua os flagrantes e se retira; nesse ínterim, é recorrente que ignore a segurança das pessoas que moram no local e que nada tem a ver com as atividades criminosas do tráfico. Figuram também no horizonte simbólico deste tipo de atuação a prisão como elemento residual e a morte dos criminosos como aspecto natural com fortes justificativas morais. A ação policial que precede a implantação de uma UPP se baseia, por sua vez, em evitar confronto, agregando-se, até mesmo, às estratégias de ação a oportunidade da fuga e a permanência relativamente pacífica daquelas pessoas que tenham algum tipo de ligação como tráfico, mas que não tenham nenhuma anotação criminal ou judicial por essa atividade. A polícia, além de evitar o confronto o contexto de implantação da UPP, entra com a proposta de não sair. Um dos resultados desse modo de ação é que, nas situações de implantações de UPPs no Rio de Janeiro, confronto e quase inexistente. Depois da ocupação e da instalação das UPPs, os eventos relacionados à violência armada deixam de ser a re-

gra e passam a ser a exceção. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p.16).

Ocorre uma mudança significativa na vida das pessoas que moram nas favelas, com as reduções dos crimes cometidos pelos traficantes, às mortes que eles causavam, mortes estas muito violentas, pois esse era o preço a pagar para quem ousasse a desobedecer alguma ordem. E depois que a UPP se instalou nota-se que isto ocorre cada vez menos, pois um local onde a polícia está presente os traficantes recuam e os crimes cometidos por eles passam a ser em menor número naquele território.

Nas favelas que anteriormente eram ocupadas por milicianos, o medo também era constante porque esses agentes eram cruéis, praticavam torturas e executavam quem os desobedeciam como exemplo para quem pensasse em contrariá-los, era uma forma de demonstrar que eles mandavam no território local.

Começam a aparecer outra modalidade de crimes, ou seja, diminuem-se os crimes contra a pessoa e aparece os contra o patrimônio, isto faz com que as ocorrências atendidas sejam em maior parte de menor potencial ofensivo, fazendo com que os registros de violência contra a pessoa fiquem em menor número, sendo esses dados um grande passo conquistado pela polícia, que ainda tem muitos problemas para solucionar, mas o mais importante de violência contra a pessoa já começa a demonstrar bons resultados.

Soma-se a isso, que os moradores passam a confiar mais na polícia e o convívio passa a ser mais tranquilo, pois busca na entidade uma forma de se sentirem mais seguros para poderem ao amanhecer sair para trabalhar e no final do dia ao retornarem para seus lares de maneira tranquila, não mais presenciando um homicídio ou então atravessando um tiroteio enquanto sobem o morro.

Esse abrandamento também revela a percepção da questão da segurança pública de uma perspectiva mais da rotina e menos da exceção, da contingência. As ocorrências violentas perdem a carga dramática, logo, também em seu poder exemplar e ordenador da vida cotidiana. Dito de modo mais simples, as regras passam a ser menos impostas pela força. Passa a haver espaço para a emergência e vocalização de outros dramas humanos, mais rotineiros e menos traumáticos – mas não menos importantes para a reflexão sobre a construção de políticas públicas de segurança ancoradas nas premissas democráticas. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p.17).

Nota-se aí um dos primeiros efeitos após a instalação da UPP, ou seja, no primeiro ponto de vista, e um projeto bom, mas ainda tem que se analisar os outros efeitos que irão surgindo com o passar do tempo, para se fazer a análise de que se foi

algo positivo ou negativo a sua implantação.

Com a redução dos tiroteios há uma maior interação da população da cidade com os moradores do morro, uma vez que estes passam a frequentar mais as comunidades, os pacotes de turismo incluem as favelas como roteiro, médicos, dentistas, engenheiros, ou seja, várias classes sociais passam a frequentar o local.

Cria-se uma ligação entre os moradores e a população da cidade, pois estes acreditam que após a chegada da UPP o ambiente torna-se mais seguro podendo assim ser visitado, onde poderão conhecer as condições de vida nas comunidades e fazer um estudo sobre o que é e o que pode ser a vida destas pessoas.

Atualmente a polícia busca escutar mais os moradores muitas vezes chegam até fazer reuniões para discutirem sobre Segurança Pública e seus aspectos relevantes, de como seria um bom relacionamento, expõe-se metas que se busca alcançar com a cooperação etc.

A interação com os moradores locais muitas vezes conta com a ajuda de algum líder religioso, pastores e padres ajudam nessa ligação, pois ao verem seus líderes religiosos interagindo com a polícia, os moradores se sentem mais seguros para proporcionarem esta abertura na relação.

O policial tem que estar preparado com as mais diversas situações e saber lidar com o seu psicológico e com os dos envolvidos na situação, são diversas causas para se lidar no cotidiano. Eles têm que atender aos crimes de menor potencial ofensivo e os mais graves, contornando as barreiras que lhe são impostas diariamente criando assim um elo, quanto mais estreito for o contato com os moradores melhor será seu trabalho, esta cooperação é necessária para que ambos sintam confiança um no outro.

De um ponto de vista normativo, porém, não há dificuldades em afirmar que a forma de policiamento mais desejável e congruente com as sociedades democráticas, pacíficas e plurais seja o policiamento comunitário. O alto grau de controle externo e a participação da população são dois aspectos que tornam o policiamento comunitário desejável. O poder policial e sua prerrogativa do uso da força é uma questão delicada para qualquer sociedade que pretenda consolidar modos de convívio democráticos e pacíficos. Toda vez que há um crime e que as forças policiais são chamadas a intervir, independentemente dos desdobramentos e resultados da ação, a organização democrática da vida coletiva é questionada. São tênues os limites da cidadania nos processos de intervenção da força e punição das agressões à vida coletiva. Quanto maior for o controle e mais claramente limitado for o mandato dos agentes encarregados de, se necessário, utilizarem à força, menores são os riscos para a força democrática. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p. 42).

Há a necessidade das UPPs serem implantadas em todas as favelas do Rio de Janeiro, pois se há uma melhora na qualidade de vida das pessoas, necessário se faz a expansão desse projeto. Pois com a concentração das UPPs somente em algumas favelas faz com que a violência em áreas não ocupadas cresça diariamente.

Projetos como esses são a esperança de uma inclusão social mais justa para os moradores das favelas, desde que os mesmos não sejam abalados pelos atrativos e privilégios da corrupção que se torna cada dia mais avassaladora em nossa sociedade.

5 A visão dos moradores

Muitos moradores defendem que o tráfico era um meio de se obter ajuda nos morros, ou seja, ele proporcionava o que o Estado não fornecia, muitos os definia como uma mal necessário para os moradores da Comunidade. Eles agiam exatamente na falha do Estado com a população, proporcionando melhores condições de vida para os mesmos.

As UPPs não promovem somente uma grande mudança no cotidiano das favelas que ocupam; elas também reconfiguram, de modo drástico, as relações de poder. A retirada das armas do tráfico produz uma lacuna de poder. Ainda que os grupos de traficantes não constituam um “poder paralelo”, ou um “Estado dentro do Estado” como alguns argumentam, eles exercem um poder local nas áreas as quais controlam. Esse poder, ainda que não ultrapasse os limites das favelas, é grande internamente, tendo em vista a quantidade de assuntos sobre os quais o tráfico arbitra e o modo pelo qual incide sobre as decisões de vida ou morte. (RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012, p. 44).

A cada dia cresce o número de atribuições desenvolvidas pela polícia nas favelas, ou seja, os policiais passam a ajudar os moradores com situações que muitas vezes estão fora de suas atribuições, diante de qualquer problema recorre-se a UPP para solucioná-lo.

Nota-se aí que essas regras já existiam antes mesmo da instalação da UPP, mas não eram observadas, pois a polícia não tinha o controle da comunidade que eram exercidos pelos traficantes, então não tinha como se cobrar que os moradores respeitassem tais regras, ao contrário de hoje que é possível e UPP que levou a “fama” de instalar tais regras que já existiam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho pode-se concluir que a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Rio de Janeiro, como um projeto de pacificação da Secretaria de Segurança Pública do Estado, busca-se proporcionar novas condições de vida para os moradores do local, que estão acostumados ficar no meio de conflitos entre traficantes fortemente armados e a polícia, quando não, se submetem às extorsões diárias da milícia.

Essa tentativa por parte do Estado de retomar o poder local das mãos da milícia e dos traficantes, traz uma nova esperança para os que esperam ter seus direitos respeitados, bem como o mínimo possível para a dignidade humana, pois diariamente enfrentam o “caos” dessa disputa pelo poder, nas comunidades onde estavam abandonados pelo Poder Público que os deixavam sobreviver de uma forma precária.

A população vê nas UPPs um meio para que possam ter a segurança de quando saírem de suas casas para trabalhar e quando crianças forem para a escola, possam fazer o trajeto de forma tranquila e não tenham mais que cruzar o conflito e se arriscarem a ainda serem atingidos por uma bala perdida.

Acreditam que o projeto possa trazer com ele uma nova perspectiva de vida, ou seja, se a população pode confiar na polícia tudo fica mais fácil, a polícia passa a ter a ajuda dos moradores que contribuirão muito pra o projeto, o trabalho é desenvolvido em conjunto.

Diante da estrutura das UPPs e dos apoios que veem recebendo para a expulsão dos grupos armados que detém o poder nas comunidades, nota-se que a população acredita que este projeto dará certo, uma vez que estas são organizadas pelo Estado e há um envolvimento da sociedade em busca da realização disso, que visam à paz na cidade, uma vez que a favela tomada pela polícia há uma melhora na qualidade de vida de todos.

Verifica-se algo que necessita ser bem trabalhado pelos idealizadores do projeto UPP, pois a relação de confiança da população na polícia e vice-versa é algo que precisa ser conquistado através de um bom trabalho, uma vez que esse sentimento é algo que surgiu com o passar de muitos anos de conflitos diários de traficantes e policiais, e o convívio dos moradores em meio a este caos, fez com que surgisse esta insegurança por parte dos policiais, pois não se sabe quando a população está ajudando o tráfico e os moradores também não sabem quando os agentes do Estado estão lá para protegê-los ou ajudando os chefes do poder local. Alguns moradores ainda tem medo de se relacionar com a polícia devido a este histórico de

disputa pelo domínio da favela e com isso cria-se uma barreira para o bom andamento do projeto.

Diante do que foi exposto, há a necessidade de se aguardar o andamento do projeto, para verificar se é algo bom para a população ou se estarão submetidos a um novo comando.

REFERÊNCIAS

AMÉLIA, ANA. A Crise da Segurança Pública no Brasil. *Jornal Correio Braziliense*. Disponível em <http://sindepol.com.br/site/artigos/a-crise-da-seguranca-publica-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 de julho de 2014.

AMOROSO, Mauro; BURGOS, Marcelo Baumann; BRUM, Mario; CAVALCANTI, Mariana e PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. O efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. Disponível em <http://www.desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>. Acesso em 16 de agosto de 2014.

BELTRAME, José Mariano. Garanto que em áreas com UPPS pode fazer campanha. *Revista Isto É* em 03/09/2014. ISSN 0104-3943 de 03 set/2014 - Ano 38 - nº 2336.

Indicadores Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo-25.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

LISOVSKY, Mauricio; RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Mauricio. Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e Reflexões. *COMUNICAÇÃO DO ISER NÚMERO 67 - ANO 31 - 2012*. Disponível em <http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/Comunicaçõe-do-Iser-UPP-n.67-2012.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2014.

O efeito UPP na percepção dos moradores das Favelas. Disponível em: <http://www.desigualdadesdiversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

ZACCHI, José Marcelo; DIAS Rafael. Visões sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. *Revista Internacional dos Direitos Humanos*. Disponível em http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo16.php?artigo=16,artigo_10.htm. Entrevista realizada em 29/03/2012. Acesso em 23 de setembro de 2014.